

A Lei de Deus para o viver dos homens

1

Para ler na Bíblia - Êxodo 20.1-26; 34.1-35; Deuteronômio 5.1-21; Mateus 5.17-48

Para meditar - *Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas; não vim abrogar, mas cumprir.* - Mt 5.17

Lei é toda regra de conduta obrigatória, que estabelece responsabilidade e punição para quem não a cumpre. Toda lei subentende a existência de um poder que governa, seja humano ou divino, e que tem autoridade de fazer cumpri-la e de punir os que não a cumprem.

A convivência dos seres humanos formando sociedades, nações e estados deu origem aos códigos de leis modernos para regulamentar o comportamento social das pessoas, definindo obrigações e direitos. Os povos antigos tinham suas leis, como por exemplo o Código de Hamurabi (dos caldeus) e a Lei das Doze Tábuas (do Império Romano). Hoje, cada nação tem uma constituição e diferentes códigos de leis. A Lei de Deus, entretanto, se destaca de todos os códigos em virtude de ser a expressão de princípios eternos ditados pelo próprio Deus.

A parte fundamental da Lei de Deus são os Dez Mandamentos os quais são estudados nesta revista à luz dos ensinamentos de Jesus se reveste, na atualidade, de grande valor e oportunidade, em virtude da devassidão moral e decadência espiritual que se alastram de modo avassalador em nosso país e em todo o mundo,

manifestando-se em violência, crueldade, corrupção, vícios de alcoolismo, fumo, drogas e jogatinas, desrespeito às instituições, sequestros, orgias, pedofilia e inversão sexual ostensiva. Esses males se multiplicam e alguns deles têm infelicitado até mesmo os cristãos e suas famílias.

A parte fundamental da Lei de Deus são os Dez Mandamentos, que correspondem a realidades eternas, imutáveis e universais e fundamentais para que a vida humana se desenvolva dentro de um padrão que reflete as qualidades do caráter do próprio Deus.

Os Dez Mandamentos da Lei de Deus

Êxodo 20.1-17 – Os Dez Mandamentos correspondem a dez princípios espirituais, ou seja: dez realidades espirituais eternas, imutáveis, universais, e fundamentais para que a vida humana se desenvolva dentro

de um padrão de moral, de santidade, bondade, justiça e verdade, e que reflita as qualidades do caráter do próprio Deus criador. Esses princípios abrangem todos os aspectos da vida: religioso, emocional, moral e social. A Lei é expressão desses princípios. Por exemplo, o primeiro mandamento, que proíbe a adoção de deuses como objeto de adoração, é a expressão do princípio, ou verdade eterna e fundamental: a existência de um só Deus criador e sustentador de todas as coisas.

Deus instituiu a Lei como parte de seu plano de redenção dos homens, com os seguintes objetivos: ensinar as verdades fundamentais sobre o comportamento; encaminhar a consciência dos homens para a noção de sua falibilidade e de sua necessidade da ajuda direta de Deus; refrear os impulsos, atitudes e ações pecaminosos dos seres humanos em suas relações de convivência.

Conforme a narrativa contida no livro de Êxodo, os Dez Mandamentos foram dados pelo próprio Deus, no monte Sinai, pouco depois de o povo israelita ter deixado o Egito. Primeiramente Deus os escreveu em duas tábuas de pedra (Ex 31.18). Moisés, porém, indignado com a idolatria do povo, visto que em sua ausência haviam feito um bezerro de ouro e o adorado, quebrou as duas tábuas. Então Deus mandou que Moisés novamente subisse ao monte e lavrasse outras duas pedras, nas quais tornou a escrever os mandamentos (Ex 34.1-9).

Os Dez Mandamentos estão divididos em duas seções: os quatro primeiros mandamentos estabelecem princípios regulamentadores do procedimento dos homens em relação a Deus; e os demais estabelecem os princípios referentes ao procedimento dos homens entre si.

Valor da Lei de Deus

O valor da Lei de Deus pode ser considerado sob dois aspectos: valor quanto à sua origem, e valor quanto aos fins a serem alcançados.

1) *Valor da Lei de Deus quanto à sua origem.* Esse valor está em que a Lei emanou do próprio Deus. Portanto, a Lei é verdadeira, perfeita, santa, justa e boa. As leis criadas pelos homens surgiram em virtude dos conflitos de interesses, costumes e crenças e, por isto, são imperfeitas, circunstanciais e revogáveis por outras leis, à medida que novos pontos de vista são adotados, ou quando grupos ideológicos se tornam prevaletentes na sociedade. São, portanto, leis mutáveis, transitórias, revogáveis. Mas a Lei de Deus é irrevogável.

2) *Valor da Lei de Deus quanto às suas finalidades.* 1) Do ponto de vista religioso, a Lei de Deus estabelece as bases para a verdadeira religião, distinguindo-a das religiões criadas pela imaginação e paixão dos

2 FIDELIDADE - Os Dez Mandamentos

homens. 2) Do ponto de vista social, estabelece o sistema moral e ético perfeito para a convivência dos homens dentro do respeito, da paz, da justiça, da bondade e da verdade em todos os aspectos da vida: política, cidadania, comércio, trabalho, profissão, posse de bens, família etc. 3) Do ponto de vista do evangelho, a Lei de Deus aponta para o ideal de perfeição, ao mesmo tempo que cria o sentimento de incapacidade de alcançá-la, preparando os homens para o recebimento da graça de Deus em Jesus Cristo como Salvador. Foi pensando nisso que Paulo disse que a Lei foi o aio que conduziu os homens a Cristo (Gl 3.24).

Jesus Cristo e a Lei de Deus

Mateus 5.17-20 – Este texto, que faz parte do Sermão do Monte, revela a atitude de Jesus em relação à Lei de Deus. Ele fez duas declarações a respeito dessa relação. Disse que não veio abrogar, mas cumprir. Abrogar quer dizer demolir, derrubar, tornar sem valor, destruir.

A Lei de Deus faz parte de um só plano e processo de revelação e redenção dos homens e, dessa maneira, Jesus não poderia ter vindo para destruí-la. Jesus cumpriu a Lei em seus mínimos aspectos: jota e til são traduções de duas palavras gregas iota e keraia; a primeira é a menor letra do alfabeto hebraico e a segunda é um minúsculo sinal de pontuação. Em nossa língua, diríamos um “i” e um “ponto” (.). Jesus quis, com essas referências, dizer que o mais minúsculo item da Lei não seria desprezado por ele; que ele veio cumprir integralmente a Lei em seus mínimos aspectos.

Como Jesus cumpriu a Lei

1) Jesus cumpriu a Lei como pessoa. Quer dizer: a Lei tinha como objetivo final a formação do homem perfeito como Jesus. Como pessoa, ele realizou plenamente o propósito da Lei, porque foi o homem perfeito. 2) Jesus cumpriu a Lei consumando-a no evangelho da graça. O plano de salvação se completaria na pessoa de Jesus, nos fatos que foram: seu nascimento, vida, morte, sepultamento, ressurreição e glorificação. Tudo consumado, a Lei, que foi dada até que ele viesse, se consumou assim como o fruto é a consumação da flor. 3) Jesus cumpriu a Lei de Deus livrando-a dos acréscimos feitos pelos homens e restaurando o seu verdadeiro sentido original. 4) Jesus cumpriu a Lei colocando-a no interior do homem não em forma de regras, mas como essência de princípios espirituais operantes na natureza dos que, pela regeneração, tornam-se filhos de Deus. Aliás, já no Velho Testamento havia essa previsão e promessa de interiorização, conforme se pode ler em Ezequiel 36.26.27 e Jeremias 31.33.

PARA APLICAR À VIDA

1. O evangelho não destruiu a Lei (os mandamentos) mas a absorveu e interiorizou nas pessoas regeneradas. Nós, os regenerados, já não agimos por imposições de regras, mas pelo impulso do amor, pela orientação do Espírito Santo, segundo os ditames da consciência de novas criaturas que somos em Cristo.

2. Todos os movimentos religiosos que colocam a Lei como sistema com preeminência sobre a graça de Deus estão retrocedendo e invalidando a obra redentora do Cristo. Guardemo-nos deles.

3. *Para meditar* – Mt 5.17 – A Lei de Deus está incorporada no evangelho de Cristo como princípios espirituais que atuam em nosso coração e nos levam a vivermos conforme a vontade de Deus. Nós, que já desfrutamos dessa bênção, lembremo-nos dos milhões que ainda vivem escravizados por Satanás, quebrando a Lei de Deus. Precisamos intensificar a obra de evangelização e a obra missionária.

Os judeus usavam o termo Lei em quatro acepções diferentes: (1) Usavam-no para designar os Dez Mandamentos. (2) Usavam-no para designar os cinco primeiros livros da Bíblia, essa porção das Escrituras que também se conhece como o Pentateuco – que significa literalmente os cinco rolos – (os cinco primeiros livros do Antigo Testamento) e que era para os judeus a Lei por excelência e a parte mais importante das Escrituras. (3) Usavam a expressão a Lei e os Profetas para denotar a totalidade das Escrituras; era uma espécie de descrição ampla que abrangia a totalidade do Antigo Testamento. (4) E também a usavam para descrever a lei oral, ou dos escribas.

O que era, pois essa lei dos escribas?

A Lei estabelecia que o dia de sábado devia ser santificado, e que durante suas vinte e quatro horas ninguém podia fazer trabalho algum. [...] Os legalistas judeus eram apaixonados pelas definições. De maneira que se perguntavam: [...]: o que é “trabalho”? Por exemplo, levar uma carga é um trabalho, e portanto não se podiam levar cargas no dia de sábado. Mas então se fazia necessário definir o que era uma carga. De modo que a lei dos escribas estabelece que “carga” é “uma quantidade de comida equivalente em peso a um figo seco, suficiente vinho para encher uma taça, leite para um gole, mel para cobrir uma ferida, a quantidade de azeite que forneceria a unção de alguma das partes menores do corpo, água suficiente para umedecer uma pálpebra [...].

Era essa lei que Jesus condenava e chamava de tradição dos homens. (BARCLEY, William. *The Gospel of Matthew*.)

4 FIDELIDADE - Os Dez Mandamentos